

# PERFIL DOS PROFESSORES UNIVERSITARIOS: UM ESTUDO NO ESTADO DO TOCANTINS.

<sup>1</sup>ODÉLIO JOAQUIM DA COSTA e <sup>2</sup>NOELI MARIA STÜRMER

<sup>1</sup>Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins

<sup>2</sup>Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

E-mail delioneuro@hotmail.com

**INTRODUÇÃO** - No Brasil, a educação superior é parte integrante da história da sociedade brasileira. A chegada da Família Real Portuguesa em 1808 desencadeia a criação das primeiras escolas superiores brasileiras, devido, principalmente, a pressões exercidas pelas elites da sociedade. Neste panorama surge a profissão de professor do ensino superior no Brasil.

Historicamente, os primeiros professores universitários foram trazidos de universidades européias. No entanto, após a Proclamação da República, com a expansão dos cursos superiores, o corpo docente precisou ser ampliado. Os docentes, em sua maioria, eram convidados a trabalhar nas instituições de ensino devido a suas experiências e bom desempenho como profissionais em sua área de atuação. Sua tarefa consistia em ensinar os alunos a serem tão bons profissionais quanto eles. Acreditava-se que quem soubesse saberia automaticamente ensinar, não havendo preocupações mais profundas com a necessidade do preparo pedagógico do professor para ministrar este ensino (MASETTO, 1998).

Segundo Miguel (2000), o professor parecia mais como um profissional que estava a serviço do governo e mais tarde, quando se organiza o Estado brasileiro (após a Independência brasileira ocorrida no ano 1822), como seu funcionário. No entanto, foi a partir do século XX, com o início da industrialização e a modificação no trabalho de produção que a universidade, e conseqüentemente o trabalho do professor, passou a ser considerada, pela população, como instituição social necessária na formação de mão de obra.

A profissão de professor no Brasil foi regulamentada através do Decreto de número 2.028 de 1940, que determinou que todos os estabelecimentos de ensino registrassem e assinassem as carteiras profissionais de professores legitimando, desta forma, a sua profissionalização. A partir de então, a atividade foi regulamentada por meio de registro profissional no Ministério do Trabalho (FERREIRA, 1998).

A educação formal brasileira, atualmente (BRASIL, 1996) está dividida em quatro níveis: infantil, fundamental, médio e superior. A educação superior, foco deste trabalho, é responsabilidade do Governo Federal que fiscaliza e orienta Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, executoras dessa modalidade de ensino.

O docente para lecionar uma disciplina da graduação precisa investir um longo tempo pesquisando, aprofundando e preparando o tema e não apenas estudá-lo rapidamente. Exige-se certo tempo de maturação para conhecer bem e ganhar segurança em um assunto e suas implicações acadêmicas (SOUZA, 2001).

Existem ainda os casos de algumas áreas de ensino em que os professores apresentam uma formação de caracterização técnico-científica sobre o conteúdo da disciplina faltando-lhes a organização didática. Neste grupo de professores estão principalmente os das áreas de medicina, fisioterapia, odontologia, bacharel em educação física, biomédicos, farmácia, nutrição, entre outros. Portanto, o choque inicial com o ambiente pedagógico, desconhecido durante o período de graduação/especialização/mestrado, que prioriza a formação na área técnica, torna-se um agravante, gerando insegurança e ansiedade aos docentes (SOUZA, 2001).

Antes da promulgação da nova LDB (BRASIL, 1996), para atuar no ensino superior, existiam duas maneiras de nele ingressar: a primeira consistia em ser aprovado em concurso público e a segunda consistia em ingressar no ensino privado onde a única exigência legal era possuir no histórico escolar a disciplina que iria ministrar.

A LDB (BRASIL, 1996) alterou a situação tanto de ingresso como de manutenção dos docentes nas IES. Os artigos 52 e 66, a seguir transcritos, demonstram a mudança ocorrida, enfatizando o compromisso da universidade na produção do conhecimento e, para tanto, obriga-a a compor o seu quadro com docentes titulados. Observa-se no artigo 52:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado.

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Esta caracterização das universidades, definindo sua responsabilidade em relação à produção intelectual, indica que o quadro de professores deve ser composto por docentes titulados, com contratos de trabalho, para pelo menos 1/3, em regime integral. O artigo mostra, também, a necessidade de contratação de docentes mais competentes, com maior tempo de dedicação e que possam assim estar mais comprometidos com a instituição e com o ensino. Tal condição é tida como pressuposto para melhoria da qualidade de ensino.

Já o artigo 66 da LDB (BRASIL, 1996) preceitua: “A preparação para o exercício do magistério superior se fará em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”.

O MEC, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) avalia os docentes através das Comissões Avaliativas que visitam a IES em datas programadas, observando o perfil do corpo docente, o regime de trabalho e a política de qualificação, carreira e remuneração.

A titulação docente é considerada um aspecto importante na avaliação dos cursos de graduação. Verifica-se a adequação do perfil docente em relação ao número de docentes proposto (quantidade e por área), em relação à titulação do docente, à área de conhecimento/especialização com a área de atuação proposta no curso, em relação à relevância da experiência na área da docência e de outra experiência profissional.

As exigências para atuar na profissão docente apresentam variações entre as instituições públicas e privadas. O ingresso em universidades públicas se dá exclusivamente por concursos públicos. Nas universidades federais o acesso à carreira docente, de acordo com a titulação, possibilita a opção para uma das seguintes classes: auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular. Cada uma delas subdivididas em quatro níveis. Com algumas diferenciações, as carreiras nas universidades estaduais e municipais também mantêm cinco classes: auxiliar, assistente, adjunto, titular e pleno.

As exigências para os cargos são diferenciadas, a atuação como auxiliar se restringe à graduação completa e, em alguns casos, ao título de especialista e as vagas de assistente são direcionadas a profissionais que tenham concluído o mestrado. Já o acesso para os cargos de adjunto, associado e titular exigem, no mínimo, o título de doutor.

No ensino privado, geralmente, a política de formação do quadro docente é a de cumprir o quantitativo mínimo de mestres e doutores, demonstrando pouco interesse pela pesquisa e extensão na formação dos discentes.

Nesse sentido, o interesse pelo tema pesquisado surgiu pela experiência prática da atuação do pesquisador como professor de diferentes níveis de ensino: infantil, fundamental, médio, superior e pós-graduação.

Com base neste contexto, nos referencias apresentados e na motivação salientada, o objeto de estudo da nossa investigação passa a ser: O PERFIL PROFISSIONAL DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DA CIDADE DE PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS.

O processo investigativo desdobra-se na seguinte questão: Qual o perfil profissional dos docentes universitários de Palmas – TO?

A partir desta questão definimos como objetivo geral para a presente pesquisa: identificar, através das variáveis propostas, o perfil profissional dos docentes universitários das instituições de ensino superior da cidade de Palmas – Tocantins.

**OBJETIVO GERAL:** Identificar, através das variáveis propostas, o perfil profissional dos docentes universitários de Palmas – Tocantins.

**METODOLOGIA** – Para o alcance de tal objetivo desenvolvemos uma pesquisa de campo que apresentou características de investigação exploratória associado ao método descritivo. Considerando a problemática deste estudo e, sobretudo, o universo da pesquisa, seguimos o percurso quantitativo da investigação pela técnica do inquérito, utilizando de um instrumento (questionário), para a identificação do perfil profissional do docente universitário, constituído de variáveis relativas a gênero; idade; área de atuação; grau de escolaridade; tempo total de docência; tempo de docência no ensino superior; tempo de serviço na instituição atual; carga horária semanal; exercício de outra atividade.

### **Universo e Amostra**

A região norte do Brasil, em sua organização administrativa-política, está dividida em sete estados, sendo um deles o estado do Tocantins, o mais novo da federação, cuja capital é Palmas, cidade a que pertencem as instituições de ensino superior nas quais se encontram os professores participantes do presente estudo.

Considerando os fatores como distância geográfica e desenvolvimento educacional, optamos por desenvolver o nosso estudo na cidade de Palmas, capital do Tocantins, que apresenta a maior concentração de IES do estado.

Em função dos propósitos da investigação e da extensão do universo da pesquisa, optamos, por abarcar a população de docentes, de seis Instituições, que lecionam nos cursos de nível superior oferecidos no ensino privado e público localizadas na cidade de Palmas, que ofertam a modalidade de ensino presencial.

Sendo o universo igual a 740 professores ao todo, obtivemos através do cálculo estatístico o quantitativo da amostra (N) a ser investigado de 194 docentes, número este calculado em porcentagens proporcionais ao número total de professores por Instituição.

**Procedimentos** - Por meio do questionário aplicado buscamos identificar o perfil do docente universitário da cidade de Palmas – TO. Com este intento recolhemos dados relativos: ao gênero, à idade, à natureza administrativa da Instituição de Ensino Superior, às áreas de atuação, ao tempo total de docência, ao tempo total no ensino superior, ao tempo de serviço na instituição pesquisada e às horas de trabalho diárias.

O questionário segue a seguinte estrutura:

A primeira questão é referente ao gênero. A amostra foi distribuída entre homens e mulheres.

A segunda questão é referente à faixa etária. A amostra foi distribuída de acordo com as seguintes faixas etárias: até 30 anos, 31-40 anos, 41-50 anos, 51-60 anos e mais de 61anos.

A terceira questão refere-se à natureza administrativa das Instituições onde os professores desenvolvem seu trabalho, que pode ser classificada de uma maneira geral como pública ou privada.

A quarta questão é referente à área de atuação: Exata, Humana e Biológica. Estas são as áreas de carreiras apresentadas nas Instituições de Ensino Superior onde ocorreu o estudo. Identificamos em qual área o professor ministra disciplinas. No caso onde o professor leciona em mais de uma ele teve a opção de escolher a área onde ele tem a maior carga horária.

A quinta questão é referente ao grau de escolaridade dos professores investigados. A amostra foi distribuída em doutores, mestres, especialistas, graduados.

A sexta questão é referente ao tempo total de docência. O critério de organização das faixas de tempo de serviço tem como base os estudos de Huberman (apud Nóvoa, 1995 e Stürmer, 2004) que classificou os modelos vitais centrados na experiência docente e depois em um estudo de revisão em que se analisaram numerosos trabalhos sobre ciclo de vida que resultou na sistematização de uma seqüência “normativa” do ciclo de vida profissional de professores, juntamente com outros autores (HUBERMAN, THOMPSON e WEILAND, 2000 apud STÜRMER, 2004), que foi denominado por Huberman como um modelo ideal para estudos sobre o tema. Huberman (1989 apud NÓVOA, 1995; STÜRMER, 2004) organizou e caracterizou as fases e os ciclos de carreira docente conforme segue:

*A fase do início da carreira* - Esta fase vai da introdução à carreira até os 3 anos de docência. É a fase da “sobrevivência” e da “descoberta”.

A sobrevivência - implica no manejo do que tem sido chamado de “choque do real”, advindo do confronto inicial com a complexidade da situação profissional. É a fase do tatear constante, da preocupação consigo mesmo (“Vou dar conta disso?”), da administração da distância entre o ideal e o real da cotidianidade da sala de aula, do desafio de fazer face, simultaneamente, à relação pedagógica e à transmissão do conteúdo, da dúvida entre as oscilações nas relações (com os alunos), das dificuldades com os alunos que criam problemas, das dificuldades com material didático inadequado, da insegurança com a metodologia, entre outros.

A descoberta - traduz o entusiasmo inicial, a exaltação por sentir-se integrante de um corpo profissional, por estar, finalmente em uma situação de responsabilidade, por sentir-se incorporado ao mundo adulto e pela satisfação que representa a exploração de um novo marco social que representa a escola para o professor novato.

Com freqüência a literatura empírica indica que os dois aspectos, sobrevivência e descoberta, são vividas simultaneamente e é o segundo aspecto que dá suporte para agüentar o primeiro. Verifica-se, no entanto, a existência de perfis com somente um destes componentes (sobrevivência ou descoberta).

*A fase da estabilização* - é o ciclo da carreira profissional entre os 4 e os 6 anos de experiência docente e está marcado pela estabilização e consolidação de um repertório pedagógico, além da construção de uma identidade profissional que supõe a afirmação de si mesmo como professor. Trata-se de um comprometimento assumido, de uma tomada de responsabilidades. O professor adota a decisão de dedicar-se por um período prolongado de tempo à profissão docente. Estabilizar-se nesta perspectiva significa obter graus de autonomia no exercício profissional e encontrar um estilo próprio de funcionamento no seio da classe profissional. Um significativo número de professores desta fase referia-se a um sentimento de pertença, ao mesmo tempo em que falavam de “libertação” ou de “emancipação” (autonomia). Esta estabilização traz consigo um crescente sentimento de maestria pedagógica. A preocupação da fase anterior pela sobrevivência se desloca para a preocupação com os resultados do ensino. Os professores desta fase falam de “flexibilidade”, “prazer”, “humor” e referem-se a sentimentos de tranquilidade e relaxamento no desempenho de suas funções docentes e expressam também haver adquirido uma autoridade mais natural.

*A fase da experimentação e diversificação* – É o ciclo da carreira profissional entre os 7 e os 25 anos de experiência, que pode estar marcado por uma atitude geral de diversificação, mudança e ativismo, bem como uma atitude de revisão, cheia de interrogações peculiares da metade da carreira. Não se trata, portanto, de um ciclo homogêneo no qual resulte fácil caracterizar o pensamento e a conduta profissional do docente.

No que se refere à atitude de diversificação, os professores lançam-se numa série de experiências, trabalhando com novas metodologias, diversificando o material didático, experimentando novas formas de avaliação e modificando outros aspectos da sua prática.

Trata-se de uma atitude de inovação e mudança no repertório pedagógico acumulado no ciclo anterior.

Esta fase é também a fase do “pôr-se em questão”, ou seja, a fase da revisão profissional, das interrogações em torno à continuidade ou não na carreira que para alguns pode advir da monotonia da vida cotidiana da sala de aula, para outros do desencanto subsequente aos fracassos das experiências ou das reformas estruturais em que as pessoas participaram decisivamente.

*A fase da serenidade/conservantismo* – é o quarto ciclo, entre os 25 e 35 anos de experiência, em que se chega a um patamar do desenvolvimento da carreira. “Trata-se menos de uma fase distinta da progressão na carreira do que de um estado ‘de alma’ que se encontra nos estudos empíricos efetuados com os professores de 45-55 anos” (HUBERMAN, 1992 apud STÜRMER, 2004, p. 380). Este estado de alma pode caracterizar-se por uma atitude de *serenidade e distanciamento afetivo* ou de *conservadorismo e lamentações*.

A serenidade se expressa na diminuição da vulnerabilidade diante da avaliação dos demais, na reconciliação entre o “eu ideal” e o “eu real”, isto é, na aceitação de si mesmo e na celebração com o que se foi capaz de fazer até aqui e com o que ainda se pode fazer. É uma sensação de confiança que dispensa dos docentes desta fase, de certa forma, de gastar energias em ativismo e investimentos e lhes permite “deixar-se conduzir um pouco”, o que significa ser mais tolerante e mais espontâneo em situações de sala de aula. O distanciamento afetivo é um fato criado mais pelos alunos (HUBERMAN e SCHAPIRA, 1986 apud STÜRMER, 2004).

O conservantismo e as lamentações, em alguns estudos aparecem como uma seqüência da fase da serenidade. Em outros estudos isto não se confirma (HUBERMAN, 1992 apud STÜRMER, 2004). O fato é que os professores conservadores chegam lá por vários caminhos (um questionamento mais prolongado, na seqüência de uma reforma estrutural que fracassa ou diante de uma reforma a qual se opõem) quando conservadores manifestam esta característica por maior rigidez e dogmatismo, por uma prudência acentuada, por uma resistência firme às inovações, por uma nostalgia do passado, entre outros.

*A fase do desinvestimento/preparação para a aposentadoria* – o quinto e último ciclo da carreira profissional que se desenvolve entre os 35 e 40 anos de experiência. Esta etapa está fortemente marcada pela preparação para a aposentadoria e pelo progressivo abandono das responsabilidades profissionais. A retirada pode ser serena ou amarga. No primeiro caso fala-se de um enfoque positivo decorrente da serenidade da etapa anterior. No segundo caso, o enfoque é negativo, marcado pelo desencantamento pelas experiências passadas ou pelas frustrações ainda vivenciadas nesta etapa.

A sétima questão é referente à distribuição dos professores por tempo de atuação no ensino superior.

A oitava questão é referente à distribuição da amostra por tempo de serviço na instituição em que o questionário foi preenchido.

A nona questão é referente à distribuição da amostra por horas trabalhadas na docência e também fora da docência.

**RESULTADOS** - Fizeram parte da amostra 194 professores que lecionam no ensino superior na cidade de Palmas – TO e integram o quadro funcional de seis instituições de ensino superior (IES) diferentes.

Pela análise dos dados coletados, no que se refere às variáveis constitutivas do perfil do docente superior, encontramos que, no que diz respeito ao gênero, 50% dos professores são do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Verificamos a presença de um número de homens iguais ao de mulheres na docência do ensino superior. Esses dados são diferentes do estudo realizado por Bitencourt (2005), o autor constatou que 93,6% dos entrevistados eram mulheres e 6,4% homens o que demonstrava que, na educação básica, no ensino fundamental, a atividade docente é majoritariamente feminina (BRASIL, 2004).

Em relação à faixa etária dos professores identificou-se maior concentração na idade entre 31 a 40 anos (41,8%). Esteve (1999) afirma que esta é a faixa etária onde os docentes mais se afastam das atividades escolares por licenças médicas procedentes de enfermidades físicas ou psicológicas como a laringite e a depressão.

No que se refere à dependência administrativa da instituição a que pertencem os professores participantes da pesquisa encontrou-se que 78,5% dos professores atuam em instituições de ensino superior de caráter privado e 21,5% instituições de ensino superior de caráter público.

A distribuição dos professores segundo a área de atuação demonstra que 12,4% dos professores atuam na área das Ciências Exatas, 55,2 % dos professores atuam na área das Ciências Humanas, 32,5 % dos professores atuam na área das Ciências Biológicas. A maior concentração de professores, portanto, é na área das Ciências Humanas.

Segundo a distribuição dos professores por nível de escolaridade encontramos que 12,4% dos professores são doutores, 42,3% dos professores são mestres, 43,3% são especialistas e 2,1% são graduados. As duas maiores concentrações de professores são nas titulações de mestre e especialista. O número reduzido de doutores nas instituições, principalmente nas privadas, tem uma contribuição direta do Ministério da Educação (MEC), que exige apenas trinta por cento entre mestres e doutores no quadro docente destas instituições.

Na variável tempo total de serviço na docência tomou-se por base a distribuição por faixas em anos de atuação docente de acordo com os respectivos temas-fase segundo os estudos de Huberman (1989 apud NÓVOA, 1995; STÜRMER, 2004). Encontrou-se que dos professores entrevistados 34% encontram-se na fase da experimentação e diversificação (de 7 a 18 anos), faixa esta em que se encontra a maior concentração de professores; 29,4% encontram-se na fase da estabilização (de 4 a 6 anos); 25,8 % encontram-se na fase do início da carreira (até 3 anos); 7,7%, encontram-se na fase da serenidade/conservantismo (de 19 a 30 anos); e 3,1% estão na fase do desinvestimento/preparação para a aposentadoria (mais de 31 anos).

A distribuição dos professores, segundo o tempo de atuação no magistério superior demonstra que 35,1% atuam entre 7 e 18 anos, 32% atuam num período de até 03 anos, 29,4% atuam entre 4 a 6 anos, 3,6% atuam há mais de 19 anos. Podemos verificar que, segundo o tempo de serviço na docência do ensino superior, os professores se concentram mais em dois períodos: até 03 anos e de 07 a 18 anos.

Segundo o tempo de serviço que possuem na instituição onde foram entrevistados, os professores encontram-se assim distribuídos: 43,3% atua na instituição num período de até 02 anos, 29,9% atua num período de 2 a 4 anos, 20,6% atua num período de 5 a 7 anos e 6,2% atuam há mais de 08 anos.

Na variável em que analisamos a quantidade de horas trabalhadas na docência observa-se que 54,1% professores trabalham entre 5 e 8 (cinco e oito) horas, diariamente, na docência. E em relação às horas trabalhadas fora da docência constata-se que 45,4% professores trabalham entre 3 e 5 (três e cinco) horas diariamente fora da docência e que 44,8% dos professores trabalham até duas horas fora da docência.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** - Após a análise dos dados coletados referente ao perfil profissional, identificamos que o docente universitário de Palmas – TO é um homem ou uma mulher que se encontra na faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, é docente de instituição superior de ensino privado, atua na área das Ciências Humanas, é especialista ou mestre, possui entre 7 e 18 anos de experiência profissional, está na fase de experimentação e diversificação, atua no ensino superior por um período entre sete e dezoito anos, trabalha entre cinco e oito horas diariamente na docência e de duas a cinco horas fora da docência.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. INEP. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação – 5. ed., revisada e ampliada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2009b. 328 p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO . Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (DEAES). Censo da Educação Superior 2004 – Resumo Técnico – Brasília (DF). Disponível em:

<[http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo\\_tecnico-Censo\\_2004](http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004)>. Acesso em: 16 de dezembro de 2006.

FERREIRA, R. **Entre o sagrado e o profano: O lugar social do professor**. Rio de Janeiro: Quartet, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

MIGUEL, M. E. B. A FUNÇÃO DO PROFESSOR: Aspectos Históricos, **Revista Diálogo Educacional** – v. 1 – n. 1 – p.1-95 – jan/jun, 2000.

NÓVOA A. (Org.). **Vida de Professores**. 2ª edição: Porto Editora. Portugal, 1995.

PIMENTA, S.G, ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, S. D. **Qualidade de vida de professores universitários em Fase de mestrado**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2001.

STÜRMER, N. M. **O Desenvolvimento Profissional do Professorado do Ensino Médio de Palmas – TO**. Tese de Doutorado, Programa “Innovación e Investigación Educativa” pelo Departamento de Pedagogia y Didácticas das Ciências Experimentais da Universidade de Coruna, Espanha, 2004.

ZARAGOZA, J. M. E. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. 3ª ed. Bauru: Edusc, 1999.